

# Diálogos Urbanos: Mulheres na luta por moradia digna

Participantes:  
Hector Sousa  
Jessica Santana  
Raissa Monteiro

**Hector Sousa:** Bem-vindo e bem-vinda ao podcast meio fio, seu podcast sobre desenvolvimento urbano sustentável. O meio-fio é um braço do projeto tradus, um projeto da Universidade Federal Rural do Semiárido, a UFRSA. Eu sou Hector Sousa, estou aqui trazendo mais um quadro do diálogos urbanos para vocês e tô aqui com duas convidadas muito maravilhosas para fazer esse episódio ficar maravilhoso, Jéssica Santana bem-vinda ao meio-fio e muito obrigada por aceitar o convite.

**Jessica Santana:** Bom dia a todas, todes e todos. É um prazer enorme estar aqui representando o Movimento de Mulheres Olga Benário, as ocupações de mulheres e casas de referência que a gente desenvolve e também o Projeto Arquitetura na Periferia e tenho certeza que vai ser uma conversa muito bacana.

**Hector Sousa:** E aqui com a gente também está Raíssa Monteiro. Raíssa, muito obrigado por aceitar o convite e bem-vinda ao podcast meio-fio.

**Raissa Monteiro:** Obrigada Hector, oi Jéssica prazer te conhecer eh, eu sou Raíssa Monteiro. Sou arquiteta e urbanista, me formei na Paraíba e trabalhei na prefeitura do Conde durante a gestão da prefeita Marcelo Sena por 4 anos como coordenadora de planejamento territorial lá gente instalou né? Fez alguns pilotos de políticas que eu vou comentar por aqui também para a gente encorpar essa troca

**Hector Sousa:** E nesse episódio aqui, vamos falar de mulheres na luta por moradia digna e um texto do ano passado, 2022, de pesquisadoras do Labcidade um grupo de pesquisa da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP dizia que o déficit habitacional era feminino, esse raciocínio se dava a partir dos dados da Fundação João Pinheiro que trazia que em 2019 60% do déficit habitacional brasileiro era composto por mulheres vivendo em condições de moradia inadequadas. Então para dar o starting na nossa conversa é vocês trouxeram e participaram de experiências e a Jéssica participa de coletivos, então

começando pela Jéssica. É como esses dados que a gente traz aqui e outros também relacionam com a sua experiência e vivências.

**Jessica Santana:** Vamos lá, né? Acho que, acho não, tenho certeza que esses dois projetos e ações sociais, né que to inserida tanto aqui em Belo Horizonte, Minas Gerais com a Casa de Referência da Mulher Tina Martins, que é um espaço que desenvolve ações de combate e prevenção à violência de gênero, à violência doméstica e que uma das frentes inclusive abrigamento mas não só né? E vou compartilhar um pouquinho com vocês, mas também como arquiteta urbanista no projeto Arquitetura na Periferia fazendo esse trabalho diretamente com mulheres de baixa renda, em sua grande maioria de maioria mulheres negras e acessibilizando né o conhecimento de arquitetura para esse grupo social em ocupações urbanas aqui em Belo Horizonte a gente consegue ver nitidamente como que esses dados trazidos nesse nesse documento, mas na prática são muito intrínsecos, né? Então, quando, por exemplo, eu até coloquei alguns dados aqui que eu acho que são importantes de reforçar pra gente compartilhar aqui na conversa, mas quando a gente percebe, né? Por exemplo, que o déficit habitacional aí associado às mulheres com 60%, né? E como que dentro desse déficit habitacional, 61% são mulheres negras, é muito visível pra gente que também está associada a outras violências, né, não só a violência do Estado de não garantir políticas públicas para que esse grupo social tanto nos atravessamentos de gênero, de raça, muitas vezes também de classe, de sexualidades e outras vulnerabilidades que vão sendo colocadas, né dentro desses grupos, eles tão também muito vinculados, né, à violência doméstica, a violências familiares, né. Na Casa de Tina Martins, a gente consegue perceber isso quando a gente abarca né mulheres que precisam muitas vezes, como o próprio documento fala né abandonar suas moradias, que normalmente são espaços de violência para poder garantir uma sobrevivência, né para lutar pela própria vida e isso coloca elas numa situação do déficit habitacional, né de coabitação muitas vezes, quando há uma rede de apoio familiar, de amigos, mas também né no caso déficit habitacional não era necessariamente a população de rua dentro desse desse recorte, mas num numa outra esfera, mas que muitas mulheres para poder também sair, né de um ambiente de violência caem nesse lugar. E aí, pelo olhar então da assessoria técnica junto ao Projeto Arquitetura na Periferia e também junto aos movimentos de Reforma Urbana, de Moradia Digna, a gente visualiza a importância de priorizar ações e também políticas básicas. Por exemplo, de posse da casa para que essas mulheres, elas possam conseguir desenvolver outras formas de vida para além da violência. Fazendo uma associação prática com o que a gente vê no Projeto Arquitetura na Periferia é muito interessante, né? Quando o documento ele traz, aí que as mulheres elas se equilibram entre trabalho produtivo e reprodutivo E como que isso muitas vezes também não permite, né que elas consigam

abarcando todos esses custos da moradia considerando por exemplo Belo Horizonte que é a sexta capital mais cara para se viver, no Brasil, não é fácil, né pagar todas as contas e ainda conseguir garantir uma casa com habitabilidade, com áreas mínimas, né para conseguir um conforto. Muitas vezes essas mulheres, né? Elas saem desses ambientes de violência com filhos e a gente vê que a moradia, apesar de ser uma prioridade, ela se torna algo de segundo plano quando a prioridade principal mesmo é alimentar os filhos, né? Não passar fome e garantir o mínimo para reprodução da vida, né? E queria comentar, então, com relação ao trabalho junto ao movimento de mulheres Olga Benário que neste momento que a gente está conversando já desenvolveu 13 ocupações de mulheres, né que se desdobram em casa de referência, infelizmente algumas delas sofreram despejo pelos municípios, pelos Estados, mas que se tornam né referências naqueles territórios, naqueles naquela cidades como uma chama, né? Para que as pessoas, elas possam começar a refletir um pouco mais sobre essa temática que é tão pertinente mas normalmente muito invisibilizada, né? A gente fala muito aqui em Minas que é um estado extremamente o que é um Estado extremamente conservador que a gente tem que chutar a família mineira e a gente tem que colocar assim, né a colher no meio da briga familiar, na briga de marido e mulher, e quando esse documento né? Que a gente tá usando aí como referência, traz aí pra gente né que uma em cada quatro mulheres no Brasil e na América Latina elas passam né por esse processo da violência doméstica associado também ao déficit habitacional é um dado muito alto, né? E apesar de ser um dado presente que a gente vem aqui, né? Trazendo com mais efervescência a gente vê muito pouco as políticas públicas institucionais e estatais desenvolvendo formas, né de garantir com que isso seja revertido. Então, falando também no lugar de uma mulher e um arquiteta urbanista mineira, Minas Gerais foi considerado em 2021-2022 o estado que mais teve feminicídios em todo o Brasil, né? Então, a gente também vê que se o estado de Minas Gerais, se os municípios daqui que infelizmente a gente vê que a realidade é muito semelhante a outros lugares do Brasil também garantisse, né, essa permanência das mulheres nas suas moradias evitando que quando há uma violência doméstica a vítima, ela precisa sair daquele espaço mínimo de moradia para poder garantir a própria vida e não o contrário, né? A gente poderia reverter um pouco mais desses dados e também conseguir um pouco mais dignidade para essas vítimas, né?

**Raissa Monteiro:** Vou trazer um pouquinho agora a discussão para cidades pequenas do Nordeste, né? Que foi o que eu vivenciei lá no Conde, e o Conde tem um mapa da violência aqui foi feito pela FLACSO, né que é a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, que o Conde ele tava na quarta posição, como...é no ranking né Nacional de homicídios de mulheres e municípios com mais de 10 mil habitantes, então é um dado bem preocupante, né? Assim que a gente chegou para trabalhar lá e, além do dado, a

gente vivenciava no dia a dia nas visitas às comunidades, nas conversas com as mulheres, é havia um silêncio, né uma coisa velada das mulheres não querem reportar aquelas que estavam passando por isso né? Por todos os medos aí que a que assolam as mulheres em situação de violência é, então, é existia, né, existia esses dados, existia essa situação então. E que o Conde não existe só no Conde né? O Conde tá na zona metropolitana de João Pessoa o que aproxima a cidade de uma capital, mas ainda assim é uma cidade muito pequena que é espelho da situação de muitas cidades pequenas nesse sertanejas também, quanto mais a gente adentra no estado, mas a gente tem essa é essa sociedade, né? Machista tem essa sociedade coronelista dentro da política também, que influencia as decisões políticas, né? Isso não é pauta dentro das políticas públicas, né de habitação então mesmo a gente tendo mulheres, chefe de família, a gente tem esse contexto que é socioeconômico que coloca as mulheres em lugar e desvantagem, né desvantagens salarial, menos acesso à renda e a dependência financeira do parceiro que acaba deixando ela vulnerável a outras situações como Jéssica trouxe, né? Que é essa de da violência doméstica. Então, ela às vezes é obrigada a ficar na casa do marido, porque ela não tem para onde ir a não ser que tenha alguma casa de um parente, então, é uma falta de autonomia mesmo que foi o que a gente presenciou, né? Então lá no Conde a gente fez também um piloto que foi o programa de regularização fundiária chamada Chão de Direito, então a gente conseguiu ver mulheres assim com lágrimas nos olhos, né de terem sua moradia regularizada pela primeira vez, né com o seu nome, porque essa essa segurança fundiária ela reverbera em outras formas de autonomia, né pra vida dessas mulheres, né? Elas finalmente podem reformar a casa, porque agora o chão que elas moram, né, de fato, elas têm a posse ali, muitas mulheres também ...nós temos mulheres quilombolas, mulheres indígenas, também dentro, né dessa população, caracterizando um pouco mais, e também queria trazer essa essa questão de caracterizar o déficit, né que é importante a gente tem esse número, mas eu acho importante caracterizar dar uma cara para esse déficit, né? Porque a gente tem grupos de mulheres em situação de vulnerabilidade e é importante começar a caracterizar para gente poder pensar políticas e soluções que se adequem a diversidade contida nesse déficit, né? Eu cito aqui também outros grupos de mulheres em situação de vulnerabilidade e que são as as mulheres trans, as mulheres negress do sistema prisional também é um grupo invisibilizado, mas que precisa de muito apoio, né de reinserção dentro da sociedade e a reinserção pode começar a partir de um lugar para morar e tem um lugar para morar de se reinserir dentro de uma comunidade de uma vizinhança. Então, tem mulheres idosas, né? Que é a família, às vezes não tem como dar cuidados então, também é... faz parte do déficit, né? E faz parte da solução a gente estudar, quem são essas mulheres e como é que a gente pode... é projetar, como é que a gente pode pensar em políticas públicas de dar acesso à habitação dentro desses perfis,

né? Que não é só dar uma casa ou a gente tem que entender quais são as necessidades dessas mulheres? Quais os perfis né? Então é isso que eu também queria trazer para complementar a fala de Jéssica.

**Hector Sousa:** Raíssa, já deu um ótimo gancho para o nosso próximo ponto aqui, porque como vocês falaram, né as mulheres são um grupo muito vulnerável dentro da sociedade brasileira e ainda mais trazendo todas as intersecções que vocês trouxeram aí com mulheres trans, mulheres negras, entre outros grupos. E pensando nesse ponto de é... das questões para trazer moradia, não só moradia, né, mas uma moradia digna segura e bem localizada, pensando em mulheres que são mãe solas são as chefes da casa ou até mulheres que moram sozinhas, quais questões vocês acham que são mais importantes para serem tocadas, quando pensar nessas ações para trazer essas moradias para as mulheres.

**Raissa Monteiro:** Quando eu vi essa pergunta a primeira resposta que me veio à cabeça foi a questão da vontade política. É o que a gente precisa primeiro votar, eleger mulheres pretas, periféricas, indígenas, mulheres trans, para que elas sejam as prefeitas, as vereadoras, as deputadas, as senadoras, porque com representantes nessas esferas de poder é possível batalhar pela implementação de políticas públicas de autonomia. Eu quero trazer essa palavra em todas as minhas respostas porque eu acho que tem muito a ver com previsão habitacional, né? É porque como eu falei é uma porta de entrada para outros direitos, então se a gente não tiver mulheres na política, né nesses lugares de poder, de tomada de decisão pra elas contratarem outras mulheres para formarem as equipes para darem voz a outras mulheres, eu me senti pela primeira vez escutada também, né? Quando eu trabalhei com uma prefeita mulher sensível a essas pautas, né sensível ao cuidado, a uma política de cuidado com a sociedade. Então ela dá deu carta branca pra gente deu a responsabilidade então quando a gente recebe uma responsabilidade, né? A gente realmente fazer um bom trabalho. É então a gente teve apoio, aí teve aval para iniciar essa experiência piloto do EPA que eu falei um pouco antes. Mencionei o programa de regularização fundiária, mas o EPA era o escritório de assistência técnica, né? que ele é atuava em três frentes que era o ATHIS na assistência técnica que é projeto de reforma de moradias precárias existentes, a frente da regularização fundiária com o Programa Chão de Direito e uma um braço que era requalificação de espaços públicos, então a gente também cuidava da vizinhança, né? O nome do programa era Mutirão na Vizinhança que a gente chamava né convocava os vizinhos ali elegia espaços vazios para fazer construir junto espaços públicos. Então, dentro desse do EPA, a gente tinha algumas ferramentas, a gente utilizava que é mutirões, né, co-criação oficinas para co-criação, a gente fazia sempre tudo junto e era

interessante chegar de mãos vazias, né? As pessoas estranhavam às vezes isso, mas vocês são arquitetos e urbanistas, gente que é o Projeto, cadê o projeto? Mostra aí pra gente! E aí é... nossa equipe dizia não ó, a gente veio com uma folha em branco, primeiro queremos ouvi-los. Depois a gente começa a criar junto, é essa participação a escuta, né? A autogestão além do mutirão. Acho que é importante também diferenciar né? Tem o mutirão onde a gente chama comunidade para colocar a mão na massa e tem a autogestão que é não só receber a moradia e construir com suas próprias mãos, mas se apropriar do processo de construção, né, de compra do material... É então todas essas ferramentas são muito importantes dentro da das políticas públicas, né de provisão habitacional e também entender que provisão habitacional não é só a casa, né? É a vizinhança também, são esses laços que devem ser preservados, que fazem parte do bem viver mesmo, então acho que é isso é gerir a cidade a partir de uma lógica do cuidado como um todo né? O cuidado desde a origem desde a origem da política pública da criação, até a implementação e avaliação depois monitoramento dentro dessa perspectiva, né? Que eu trabalhei que eu estou... é muito bom que eu estou aqui com Jéssica que eu tô trazendo uma perspectiva interna de quem tava dos desafios dentro da gestão pública com todas as limitações, nós trabalhamos logo após o governo Temer aí durante o governo Bolsonaro, então, trabalhamos basicamente com recursos municipais. Tudo que a gente implementou foi recurso municipal e parceria com CAU, parceria com outras instituições privadas, para a gente poder ter recursos próprios, né também da prefeitura pra gente poder implementar, porque eles não podem contar com verbas federais dentro desse período. Então, tá, até deixo também aqui como como lição, né? É possível fazer se a gente conseguiu dentro desse universo tão difícil implementar algumas coisas, foram coisas pequenas, mas foram coisas significativas que podem ser replicáveis, inclusive para outras cidades maiores. Porque o Conde foi ali, a gente fez aqueles pilotos, né? Fez toda aquela experimentação e a gente sempre pensava que aquilo poderia ser replicável, né? E, se a gente conseguiu dentro desse contexto de cidade pequena do Conde, é possível replicar em qualquer lugar do Brasil.

**Jessica Santana:** Nossa, eu me sinto muito representada com isso, Raíssa. Vou deixar esse recadinho aqui para a prefeitura de Belo Horizonte. É, mas bem assim, tô sendo um pouquinho debochada. Mas no fim das contas é isso, né? Que a gente enquanto movimento social visualiza, não é de hoje, mas quem tá aí na luta há muitos anos. Eu, por exemplo, com a Casa Tina Martins, com o movimento de mulheres Olga Benário, estou nessa trajetória há sete anos e de lá pra cá, a gente não vê tantas alterações né, especialmente nas políticas voltadas para moradia digna. Mas a gente está inclusive visualizando uma possibilidade, que queremos ver se na prática vai ser realizada, que é o novo Plano Diretor de Belo Horizonte né, que tem aí algumas pautas para poder fazer

encaminhamentos mais localizados, voltados também para moradia, né? Especialmente para baixa renda, a partir de tributos e a gente tá tendo um grande conflito na Câmara Municipal, porque os empresários acham que a cidade, ela só deve ser desenvolvida para fins lucrativos, né? E que a população que tá aqui, ela tem que aceitar o que tem e especialmente continuar vivendo em áreas vulneráveis, de risco e é isso aí. Mas bem, vamos ver né? Porque a gente tá conversando hoje, dia oito de fevereiro. O novo Plano Diretor de Belo Horizonte, ele foi instaurado de fato desde o dia 4 de fevereiro desse ano, né? Ele foi aprovado em 2019 e, desde o início desse ano, alguns movimentos sociais estão tentando garantir que ele seja aplicado com toda a sua completude, né? E é importante dizer que apesar de representando um movimento classista marxista, que é o movimento de mulheres Olga Benário, que a gente acredita que as ações que a gente faz hoje, elas são importantes para salvar vidas hoje, mas a gente não acredita que a gente vá conseguir resolver né, eliminar todos esses problemas em suas raízes dentro de um sistema capitalista que a gente está inserido, é a gente sabe que essas ações elas são importantes para que a gente possa, né? Desenvolver cidades mais justas. Então gostaria só de reforçar a importância de Planos, Programas e Projetos que de fato, visem a participação ativa e plena da população na construção dessas ações, né? Quando a Raíssa comenta sobre essa maneira de trabalhar que a Assessoria Técnica traz, né? É muito bom ver que tem outros lugares do Brasil também que estão aí aplicando, né, essas outras maneiras da gente produzir arquitetura, urbanismo, cidades, de fato escutando as pessoas que estão ali presentes, mas a gente sabe que ainda não é algo que de fato acontece né, com muita frequência. Então, eu fico muito feliz mesmo de ver essa experiência, esse exemplo, né, que você traz, Raíssa, e fazendo um paralelo com o que o Projeto Arquitetura na Periferia faz aqui em Belo Horizonte, né? Que é um projeto que vai completar aí 10 anos esse ano, que é um um desmembramento né, de um projeto de Mestrado da Carina Guedes, que continua né na equipe, que encabeça aí várias coisas muito bacanas, para que a gente possa sempre estar melhorando, né, esse trabalho de escuta, e também entendendo a ATHIS como Assessoria, né? Que a gente não leva nada pronto necessariamente. A gente tem uma metodologia flexível, para que podemos tanto levar conhecimento para essas mulheres, quanto trocar conhecimento com elas também, né? Porque a gente aprende muito e a gente reforça muito isso com elas, né? Então quando eu vi essa pergunta sobre quais questões, né, a gente pode garantir essa moradia digna, segura e bem localizada, eu acho que começa nesse lugar mesmo de escutar, né? E especialmente nesse trabalho que eu faço aqui em Belo Horizonte que é, de fato, com mulheres em sua completude e a gente vê né, que ter esses espaços que garantam conforto, segurança sem julgamentos para que as mulheres elas possam se sentir incluídas no processo, é extremamente importante para que elas possam compartilhar o seu ponto de vista a partir da rotina do que é ser mulher na cidade, né? Ser mulher, ser

mãe solo, ser mulher negra, ser mulher indígena. Aqui no meio urbano de Belo Horizonte a gente vê menos quilombos, mas aqui na região metropolitana é mais presente quilombos urbanos também, né? E a gente precisa também falar sobre essa realidade. Mas especialmente dar espaço para que todas as mulheres, elas garantam, de fato, um espaço seguro para poder compartilhar isso com outras mulheres. Ver, né, que o que elas passam não é só delas, não é individual. Infelizmente essas lutas, elas são compartilhadas também, né? Acredito que a garantia dessa moradia digna, segura e bem localizada permeia sim né, dentro do que a gente tem hoje enquanto política brasileira pelas políticas institucionais, garantindo uma pressão na Esfera Federal, para que tenha aí essa distribuição mais justa para os municípios, mas também né, cobrar muito dos Estados em que esses municípios estão presentes. Porque a moradia não é só uma casa, mas é saúde, é educação, é como a Raíssa falou né, espaços de lazer que sejam bacanas e que consigam complementar essa rotina da vida. Porque a gente precisa sim se conectar com as cidades, e quando a gente tem esses espaços livres, de uso coletivo, públicos, a gente se sente mais pertencentes a eles também. Eu acho que esse é o primeiro passo, né? Mas quando a gente pensa também nessas ações considerando o contexto das mulheres e esse cotidiano nas cidades brasileiras, eu acho que essa conversa aqui ela é muito frutífera para isso, né? Não tem como a gente só replicar o que deu certo em uma cidade, muitas vezes, colocada como exemplo, uma cidade de Capital, uma Metrópole né, que tem várias complexidades, tem várias frentes de atuação e várias questões que precisam ser sanadas, com uma cidade do interior, que tem outras maneiras, né, de se relacionar com Território, que tem patrimônios culturais distintos, que têm outras formas de apropriação. Então acho que a gente aqui enquanto arquiteto urbanista e também desdobrando aí para as políticas públicas e também para as ações práticas dos movimentos sociais, é importante que a gente deixe essa reflexão para os nossos colegas de profissão, que a gente precisa considerar essa escuta ativa da população que a gente vai atuar e também utilizar como referência outros exemplos que foram frutíferos, mas que a gente não só carimbe, né e tente fazer com que as pessoas aceitem aquilo sem nenhuma postura crítica, porque isso está fadado ao fracasso, né? E para finalizar, eu queria só comentar aqui desses dois pontos de vista, né? A gente tá aqui pra pressionar sim as políticas institucionais, mas a gente tá sim também colocando a mão na massa e fazendo política, né, de outras maneiras e também de formas que a gente acha que são possíveis, que estão mais alinhadas a outras ideologias e que a gente possa também depois compartilhar essas ações que foram possíveis e frutíferas com o estado, com o município, para que eles possam desenvolver, né? O que deu certo em outros lugares

**Raissa Monteiro:** Pegando o gancho da tua fala Jéssica, eu acho que uma questão importante também para a gente garantir moradia boa, bem localizada, são as parcerias

com os movimentos sociais. Eu sinto que o poder público tem medo de fazer parcerias, justamente por isso, cada um está no seu lugar, está na sua função, então, a função do movimento social é cobrar, é reivindicar, mas também é dever do poder público sentar junto, tentar um diálogo, porque o movimento social ele faz uma mediação muito importante entre essa situação de urgência né, entre essas pessoas, a situação de vulnerabilidade, suas necessidades, suas dores. Faz uma mediação até esse poder de fazer uma mediação que é muito importante né, de pegar todas essas questões das comunidades e compilar e saber. Então tem um saber ali acumulado no movimento social que é muito importante para o poder público. Que eu também convoco aí as prefeitura, os vereadores, os gestores para sentar junto, porque a gente teve uma história. Contar uma história bem legal que a gente teve com a parceria no programa de ATHIS. A gente fez algumas reformas na comunidade, no Conde e a gente fez uma parceria com a União pela Moradia Popular, né? E eles trouxeram mulheres pedreiras, uma delas estava grávida, no início da gestação. Então ela tava ali, também ensinando né outras mulheres, formando outras mulheres pedreiras, que convocavam as mulheres da casa para fazer junto, para assentar uma cerâmica. Então, você também já está fazendo, já é um processo pedagógico de mulheres para mulheres e um processo formativo também. Se ela quiser depois fazer um reparo na casa dela, ela já vai ter tido essa experiência de ter assentado a cerâmica junto a outra mulher, numa situação ali de segurança conforto e é isso, isso reverbera. Então, você tem uma prefeita mulher que contrata mulheres, que enfim, fazem parceria com outras mulheres. Isso é uma rede, né? Uma rede que vai adentrando ali a pequena escala também. Eu lembro muito, eu achei muito bonita assim, quando a gente foi lá visitar e conversar com elas para acompanhar a obra e são esses detalhes, né? É isso que a gente quer alcançar.

**Jéssica Santana:** Com certeza Raíssa! Eu queria só colocar uma observação que eu não sei aí no nordeste, imagino que sim, mas aqui em Minas, especialmente em Belo Horizonte, a gente viu a importância né, da gente também começar mais uma vez a desenvolver um trabalho de deixar claro para as pessoas o papel, né, da hierarquia política e no caso, quando a gente tá falando aqui dos Municípios, não é só votar no Prefeito, né? Mas que a gente consiga também, votar em vereadores que estejam alinhados com cidades mais justas, mais dignas para sua população. A gente precisa também dialogar com as pessoas para que elas entendam, né, um papel do vereador, do prefeito, do deputado estadual, Federal, Senador, porque a gente precisa que haja uma rede dentro dessa estrutura mais uma vez, política que a gente tem no Brasil, né? de participação ou de representação política, que muitas vezes não nos representa, né? Mas que as pessoas, elas possam, de fato, entender isso para depois cobrar, né? Porque os vereadores, eles precisam ser pressionados, eles precisam estar alinhados com o que a cidade quer, e o

que a gente está vendo hoje, especialmente em Belo Horizonte, como eu comentei sobre essa movimentação com relação ao novo Plano Diretor, é um absurdo, né? Porque foi todo um processo de quase uma década, com várias conferências municipais, planos diretores regionais, né? Então, há um entendimento de que teve uma maior especificidade das demandas de um município tão grande como nosso e que é menor do que vários outros, né? Mas ainda assim, a gente tá vendo hoje uma tentativa de retrocesso depois de muito processo de luta, de resistência, de escuta mesmo com todas as falhas, né, que a gente sabe o que acontece, mas que é uma tentativa de construir, né, uma lei na prática para que a cidade seja um pouco melhor. Na verdade, eu só queria também um adendo que a Raíssa falou aí sobre as Pedreiras, né? No "Projeto Arquitetura na Periferia" é um projeto que é feito todo por mulheres, então a gente chega no fim dos encontros com as oficinas mão na massa, que a gente comenta e isso é desenvolvido por uma mestre de obras, né? E quando as mulheres, elas veem outra mulher dentro do campo da construção civil - eu que sou filha de pedreiro, né? Eu sei que é um lugar assim, muito hostil para as mulheres, já estive no canteiro de obras e a gente sabe que a gente precisa se reafirmar muito. Isso quando a gente tem alguma graduação, né? Quando não, a situação fica ainda pior. Mas quando a gente tá ali nas oficinas "mão na massa" e essas mulheres veem uma outra mulher, com uma didática que vai ser para que elas consigam compreender o que ela tá falando, que ela vai passar outras maneiras de desenvolver uma ação que normalmente é muito difícil para as mulheres por causa do peso, da dificuldade mesmo com o material e ela cria estratégias para que as mulheres elas possam se inserir nesse espaço com tranquilidade é uma virada de chave também, né? Porque quando a gente fala sobre moradia digna, a gente tá falando sobre a possibilidade também, dessa mulher ela conseguir visualizar essas alternativas de alteração na sua casa para o seu bem viver, para a sua melhoria na habitabilidade, mas também para que ela possa conseguir fazer com as próprias mãos se ela quiser, estar também com outra possibilidade de renda, de formação, né? Várias mulheres, a gente já viu que se sentiram pertencentes à área da construção civil e provavelmente, se elas não tivessem tido esse primeiro contato, elas não achariam que seriam capazes, né? E também, dentro desse lugar da moradia como um espaço - no caso do Projeto Arquitetura na Periferia" - como um espaço que as mulheres a partir dessa informação sobre, né, o que que elas podem melhorar ou como que elas podem acompanhar um processo de melhoria da própria casa, ter essa autonomia, né, na prática também para poder dialogar, para poder discutir, para poder colocar melhor suas opiniões e até mesmo como a gente incentiva, colocar a mão na massa.

**Hector Sousa:** Seguindo nesse planejamento de moradias e essa distribuição de moradias na cidade. É uma pergunta, vamos dizer, um pouco capciosa, aqui também no diálogos urbanos que é: O que vocês acham que na hora desse planejamento é melhor

de se pensar? Pensar nessa distribuição de moradias perto de áreas centrais e onde já tem equipamentos públicos ou trazer equipamentos públicos para áreas que estão, vamos dizer, distante do centros da cidades e fazer as pessoas que estão distantes terem acesso mais fácil a esses equipamentos públicos também?

**Raissa Monteiro:** Eu diria os dois, os dois ou mais eu acho que é isso, a gente tem que ter uma uma biblioteca, né? A habitação é um tema complexo e a gente vende um programa, né, a nível Nacional o único programa que a gente teve, mais robusto, foi a Minha Casa, Minha Vida, que o foco dele foi construir a habitação em massa, mas em áreas periféricas, então a gente teve um deslocamento, né, das habitações, da densidade habitacional para áreas periféricas da cidade, sem infraestrutura. A infraestrutura chegou depois, que isso é um grande erro que não pode ser cometido agora, né? Mas agora a gente já tem a gente já tem condomínios que estão na periferia já são condomínios numerosos já tem bastante, já tem comunidades, né, formadas ali morando, já tem redes de vizinhança, tá é preciso complementar agora que a coisa já tá feita, já tá formada e consolidada, é preciso complementar preciso é incrementar esses novos bairros que foram formados e também é preciso ocupar e densificar os centros urbanos, nós temos um parque imobiliário vazio que é enorme dentro dos centros urbanos todas as capitais, João Pessoa, Recife, eu tô agora atualmente trabalhando em Recife com esse tema, Os movimentos sociais, eu digo que eles fazem em vez forçadas em alguns edifícios, porque tem as ocupações de moradia. Depois elas se tornam edifícios, né, com muita luta alguns se tornam edifícios, é se tornam moradia de fato, mas ainda é preciso luta. Eu queria que não mas preciso lutar, eu queria que apenas a opção fosse dada, é meu sonho é esse porque eu acho que dentro do universo da da produção de moradia, a gente tem as pessoas que querem continuar morando no seu bairro. Então, a gente leva ATHIS para lá para reformar a casa das pessoas que já fizeram um grande investimento em suas casas, mas ainda está em situação precária então a gente respeita esse investimento que foi feito respeita o quintal dela que ela construiu que ela plantou as árvores dela, então acho que essa sensibilidade é muito importante a gente vê em cada contexto. Qual é a solução para cada contexto e para cada população, a gente tem uma população quilombola, porque não levar e fazer a habitação com terra, por exemplo, né? A gente não tem NBR, não tem ainda segurança nesse sentido, de sentido legal para ser financiado. Isso foi uma coisa que a gente refletiu também no conde a gente a caixa, por exemplo, e os bancos financiadores eles não financiam habitações construídas com terra porque não tem ainda né, essa legislação e a segurança, enfim é necessária para isso, mas é um contexto que é a solução que seria mais adequada. Então, eu acho que a gente tentar adequar as soluções a cada contexto é uma coisa importante dentro do do universo, né, dessa dessa produção de habitação, uso misto, eu acho muito importante também esses condomínios de Minha

Casa Minha Vida, eles trouxeram uma habitação, mas muita gente quem mora no térreo, por exemplo, já vi vários exemplos, de construir deixar uma salinha ali com a janela para fora e vender alguma coisa, eu já vi também a pessoa não ter a vaga de carro disponível para ela, mas ela pegava a vaga do carro e construiu um uma barraquinha, já vi em várias em várias visitas que eu fiz, né no pós ocupação de grandes condomínios, essas áreas de estacionamento seria apropriadas para a instalação de comércio. Então, a gente vê que usa o misto é latente. Não existe solução única para habitação são é uma biblioteca de soluções que a gente tem que criar e implementar mas eu não acho uma coisa difícil não todas as soluções, elas já estão aí pensadas é só justamente juntar e esse quebra-cabeça e ver qual é a que se encaixa melhor para cada contexto.

**Jéssica Santana:** Eu me sinto muito contemplada com a fala da Raíssa. Especialmente porque eu sou periférica e a gente vê muito isso, né? A gente que tá aqui na margem da cidade, a gente não consegue nem pensar muitas vezes em ir para o centro, né? Porque a gente cria outras apropriações, outras formas de relação mesmo com a cidade, mas, ao mesmo tempo, né, é importante que a gente também garanta, né, esse usufruto desses vazios urbanos, né aqui em Belo Horizonte eu não vou saber informar certinho agora mas teve um um estudo que mostra como que o centro de Belo Horizonte que tá ali, né regado de várias infraestruturas, ele tem uma vacância enorme e a gente poderia sim estar utilizando esses Imóveis vazios para moradia popular, né, para aluguel social, porque aqui no Brasil a gente pega muito nesse lugar da propriedade, né? Porque a gente tem uma herança colonial muito enraizada de que poucas pessoas tiveram acesso à propriedade e hoje em dia, né, não só hoje em dia, mas desde muito tempo ter propriedade é ter poder e também ter um pouco de estabilidade, né dentro da sociedade, mas a gente vê aí em em outros lugares com algumas questões sociais semelhantes às nossas com alternativa de aluguel social que também é possível, né? Porque acho que também é uma pauta importante dizer que às vezes, quando a gente não tá ali imerso na realidade da luta por moradia da luta por Reforma Urbana, a gente romantiza um pouco a pauta de tem a casa própria agora tem que ficar eternamente, né? Nessa casa, e as pessoas, elas mudam, a dinâmica familiar muda, as pessoas têm outros interesses na vida e ela pode sim, né, querer morar em outro local. E o estado, ele precisa também começar a mapear e conseguir entender essas demandas, né? Não sei como que foi em Conde, em Recife, em algumas outras cidades também do Nordeste capitais especialmente, mas aqui em Belo Horizonte a gente tinha alguns alguns programas habitacionais muito frutíferos, nesse aspecto de criar um processo de participação ativa das pessoas, de escuta das plantas, né, das casas que tinha a possibilidade inclusive de ter apartamentos ou casas com uma flexibilidade maior, né, de possibilidade de layout, de possibilidade de uso, de quantidade de quartos, quantidade de cômodos, né? Porque eu acho que apesar

da gente estar ali apontando né, para a ponta do iceberg que é ter um teto seguro, a gente não quer qualquer tipo de programa de moradia, né? A gente não quer só de novo um programa de 45 m<sup>2</sup>, 50 m<sup>2</sup> pra uma família que tem cinco filhos ou que tem outras especificidades que a gente percebe que às vezes vai reforçar alguma questão de violência que vai reforçar, né? Às vezes questões internas familiares que não tinham antes, né, do programa ser implantado na vida daquelas famílias. Então, acho que a gente precisa pontuar essas subjetividades que estão associadas à moradia, né? Porque é isso a gente pega muito na parte material na parte eh mais visível, né, que é o que inclusive o Projeto Arquitetura na Periferia bate muito na tecla, que é importante sim fazer essas melhorias habitacionais que são visíveis, resolver um infiltração, bater uma laje, tirar uma telha de amianto, né, que vai ser cancerígeno trocar por um outro material que é menos insalubre, mas não é só isso, né? É quando a gente tá ali fazendo esse trabalho com as mulheres. A gente também tá pensando, olha só essa janela que foi colocada aqui porque o meu marido construiu e eu não pude participar e é na cozinha e eu que participo mais dessa é atuação e presença constante nesse cômodo eu sinto qual que é a minha relação, né com a ventilação, com a iluminação, com o conforto térmico, com o conforto geral do espaço e a gente vê pouco a gente conseguindo, né ter espaço para poder dialogar isso. Eu gostaria também de reforçar uma uma questão que a gente fala de moradia, mas eu acho que muitas vezes a gente esquece, né, quando a gente fala de moradia a gente esquece de mulheres, porque a gente tá invisibilizando esse grupo, mas é a gente esquece de falar também das crianças, né, que estão associadas muitas vezes com as mulheres também é no último período. Eu fiz um curso, é voltado para essa escuta das crianças na cidade e eu percebi, né, como que a gente realmente não não tem uma escuta ativa, né? O projeto Arquitetura na Periferia a gente consegue ter um pouco mais dessa presença quando a gente tá ali fazendo os projetos de reforma junto com as mulheres e, muitas vezes, as mulheres com seus filhos e, muitas vezes, indiretamente, né, eles compartilham também o que seria melhor para eles. Mas é pouco visto também, né, essas... esses vários grupos sociais, essas várias faixas etárias, contribuindo nesse processo participativo e de diretrizes para programas habitacionais que sejam mais amplos para diversas demandas. E aí, especialmente quando a gente fala também das casas de referência que são construídas pelo Movimento de Mulheres Olga Benário, a gente pensa muito nesse lugar também, né, de “o que que é ser bem localizado?”, né? O bem localizado seria, também, estar mais próximo desses serviços básicos que a gente tá falando que é minimamente, né, escola, creches... para que essas mulheres também tenham autonomia e independência financeira. Mas, também, esses espaços onde elas possam buscar ajuda, né, caso haja algum tipo de violência. E que elas possam ter acesso à mobilidade para também conseguir, né, ter acesso à cidade em sua amplitude. Mas outras esferas, né, para além só de uma moradia, um teto, né, uma água e uma luz. Mas,

que de fato, as mulheres, as crianças, elas possam contribuir, né, com a dinâmica da cidade, porque elas fazem parte dessa cidade, na reprodução delas, dando esse retorno econômico a partir da sua mão de obra, da sua mais valia. Mas, muitas vezes, elas não participam nesse processo ativo de melhoria urbana para uma qualidade de vida melhor para si próprias.

**Hector Sousa:** A gente tá chegando aqui no final do nosso episódio e aqui no quadro do Diálogos Urbanos a gente sempre gosta de finalizar com uma pergunta mais esperançosa para o futuro. E aí eu pergunto para vocês: pensando nesse âmbito que a gente conversou aqui, de moradias dignas, seguras e bem localizadas, como vocês imaginam a cidade ideal para vocês, uma cidade dos sonhos?

**Jéssica Santana:** Olha só, eu queria compartilhar um documento, é... na verdade, sete elementos do direito à moradia que tem num documento da Raquel Rolnik. Já tem um tempo que esse documento existe, mas eu acho que ele é um norte muito bom para que a gente possa, né, pensar nessas cidades mais dignas, mais seguras e que, conseqüentemente, tenham aí moradias melhores para as mulheres, né? Quando a gente pensa, então, a partir dessa conversa toda que tivemos aqui, na segurança da posse, né, especialmente para que essas mulheres, elas possam ter a prioridade nos seus espaços de vida, de moradia e que isso seja garantido pelo Estado quando há algum tipo de violência ou a necessidade, né, de que essa mulher, ela precisa sair, especialmente por um tempo e volte, né? Hoje, é... os movimentos por moradia, em sua grande maioria, reforçam isso como uma maneira, né, de possibilitar que essas mulheres consigam ter acesso à cidade e não sejam revitimizadas. A habitabilidade que eu comentei aqui, né, sobre ela a partir do que a gente faz com o Projeto Arquitetura na Periferia, quando a gente fala que ao promover melhorias habitacionais, né, a gente atua diretamente nesse déficit habitacional, a gente tá ali pensando na habitabilidade como um todo, né, que pode ser uma coisa extremamente ampla, mas também pode ser reformas pontuais a partir do que é mais importante para aquelas mulheres que estão ali e especialmente para a possibilidade econômica que elas vão ter no momento também, né? A disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos, né, que a gente falou aqui várias e várias vezes, mas que sejam, também, né, nessa articulação com a cidade que a gente fala muito da violência privada, né, que é muito associada à violência doméstica, que a gente fecha muitos olhos, mas a violência, também, pública, né, dessa relação com o meio urbano. Quando a gente fala, então, da moradia, fala das mulheres na cidade, a gente precisa, também, pensar nesses equipamentos públicos de uso coletivo que sejam também para garantir que essas mulheres elas possam usufruir a sua vizinhança, o seu entorno e conseguir ter a sensação de que tem uma moradia digna em sua completude,

né? Que sejam praças que tenham mais iluminação, que tenham acessibilidade, porque a gente não comentou tanto aqui, mas sobre as mulheres com deficiência, né, que também são invisibilizadas, muitas vezes, nos espaços, na cidade como um todo. E também, né, é como os próprios movimentos de moradia dizem: “Existem mais casas sem gente do que gente sem casa”. Então vamos dar uso a esses imóveis ociosos que já estão necessariamente numa localização adequada pelo olhar da infraestrutura, né? E que a gente possa também depois pensar nessa... nesse entorno, que seja mais adequado para essas mulheres. A adequação cultural, né, porque, como a gente falou muito aqui, a gente não tá falando só de um tipo de mulher; que a gente possa fazer com que essas mulheres, elas tenham os seus cultos, né, a gente falando aí especialmente de mulheres que são religiosas, mas as mulheres que têm outras religiões, né, de matriz africana ou mulheres indígenas não-aldeadas que possam, também, não passar por nenhum tipo de preconceito, né? Mulheres quilombolas em ambientes urbanos ou não, né? E que a gente possa viver numa diversidade cultural e que essas mulheres, elas também vejam isso nesses programas habitacionais, né? Onde a gente consiga criar uma relação pacífica entre essas diversidades. Gostaria só de finalizar reforçando a discriminação e priorização desses grupos vulneráveis, né, que é o que a gente tá falando aqui. Quando a gente consegue ter diretrizes, né, que consigam deixar explícito que mulheres negras, em sua grande maioria, são as mães soltas, são as mulheres que mais sofrem violência doméstica; as mulheres indígenas, porque a gente aqui nas cidades, né, nos meios urbanos, a gente esquece que existem mulheres indígenas e que também passam por essas violências. E outras, né, como mulheres idosas, mulheres com deficiência... é importante que a gente deixe isso ressaltado para também criar, né, essas políticas que vão ser melhoradas e direcionadas, também, para essas demandas mais específicas. E o custo acessível, né, gente, porque não adianta nada a gente colocar uma mulher, sua família, em um espaço maravilhoso ou fazer toda uma melhoria urbana na sua vizinhança, criar ali, né, aquele processo maravilhoso, que a gente chama de “gentrificação” e expulsá-las, né, de um território que às vezes está ali com a família há décadas e elas não podem usufruir daquelas melhorias urbanas. Então, para que a gente possa sim, né, desenvolver cidades melhores, conseguir avançar em várias pautas para um meio urbano mais acessível às mulheres, mas que a gente consiga ter uma mobilidade a baixo custo, espaços de lazer de uso público, não só coletivo, né, e que a gente possa ter acesso a supermercados, a padarias, que sejam com produtos, também, mais acessíveis, né? Por isso que eu acho que é bom a gente sempre ter esses espaços de debate, porque quando a gente começa a falar sobre moradia, nunca é só sobre moradia, né? Porque a gente não tá falando só sobre uma coisa, a gente tá falando sobre melhorias de vida dentro das cidades, com toda essa complexidade. Eu espero, né, que aqui em Belo Horizonte a gente consiga avançar mais nisso e agradeço, né, pelo espaço pra gente poder aí conversar um pouquinho sobre

esse tema aqui muito me agrada, dentro dessas frentes que a gente faz, dessas práticas e que a gente possa compartilhar também outros bons exemplos e ser faísca, né, pra gente poder, também, pensar em outras alternativas para cidades melhores para as mulheres.

**Raissa Monteiro:** Eu adorei essa compilação, Jéssica, que você trouxe, porque contempla muitas coisas que eu também anotei nas minhas reflexões aqui. Eu me considero uma realista e esperançosa nesse tema porque eu trabalhei eu já participei de projetos que deram certo, tem um projeto Vila Sanhauá que eu deixo aqui também para vocês pesquisarem que é habitação, é aluguel social, né? Habitação de interesse social com aluguel social no Centro de João Pessoa. Então é uma reforma que foi feita em oito casarões antigos, a gente criou uma vila, a gente furou os casarões e passou passarelas e fez apartamento em cima, em baixo, hoje as pessoas pagam um preço bem acessível para morar lá, foi feito uma chamada pela prefeitura, foi pago com recursos próprios, né? A obra e tudo, então, é quando há vontade política a coisa sai. Mas ele foi um projeto só então também um piloto que não escalou, mas que eu vejo muita possibilidade ali, né? Ele é uma prova de que funciona e uma prova de que a instalação de habitação ali no centro histórico reverbera no bairro, reverbera na região, é a gente tem muito próximo à comunidade com mais de 500 famílias que precisa de um projeto habitacional e a comunidade é muito empoderada, né? É muito consciente do seu papel na luta, né, por moradia então é a comunidade ainda ainda não chegou ainda não se fez um projeto e um acordo que fosse aceito por essa comunidade, então, esses projetos estão ali coexistindo um funciona, mas não atende a demanda, né, da comunidade que está na frente que a comunidade Porto do Capim, é um caso aqui em João Pessoa que é bem interessante assim de pesquisar, né, pesquisarem também como referência, deixa aqui. A gente tá numa situação no Brasil em que simplesmente não se fez o investimento necessário. Então a gente tem situações urgentes muito preocupantes, né? Mas, ao mesmo tempo, o caminho das pedras tá aí então, é preciso agir, né? Preciso agir então eu trouxe bastante essa palavra autonomia hoje é para essa esse momento final eu digo que para mim é a cidade ideal é aquela em que existem opções disponíveis para que as mulheres todos esses perfis de mulheres que a gente trouxe, elas possam de fato escolher onde como elas querem morar, de acordo com o que elas podem pagar e escolher, né? Tanto ter essa autonomia e que justamente, também, como a gente falou que essa periferias elas sejam potencializadas, mas não desconectadas do resto da cidade é importante falar nessa mobilidade macro, a gente precisa destruir esses clusters né de desconectados do centro da cidade, então, a habitação dos centros urbanos também é um outro um outro viés forte que eu deixo aqui. Eu sempre também costumo dizer que para quem é gestor e planejador que existe o conhecimento técnico e científico do que é cidade e existe a experiência de cidade. Então, para a gente chegar perto dessa cidade

ideal é preciso que haja um equilíbrio entre essas duas coisas, né, na tomada de decisão, eu tenho conhecimento técnico de cidade, tenho científico, técnico científico, mas talvez eu não tenha a talvez não, com certeza. Eu não tenho a experiência de cidade que uma mulher periférica tem, que uma mulher com deficiência tem, então é preciso que haja um equilíbrio, pra gente não está também criando cidades utópicas, cidades distantes da realidade. Então, as cidades elas já né, nossos núcleos urbanos existem estão consolidados eles precisam ser cuidados é e não reinventados e não não destruídos para começar de novo, porque eles já existem e tem potência. Eu acredito muito que nosso país é um país de potências criativas de um povo que desenrola qualquer coisa, então, brasileiro, né? Quando a gente chega pra criar uma comunidade eu fico muito feliz de ver que existe a potência, né? Essa potência que precisa ser apenas incentivada e dada a importância que ela que ela precisa né que ela merece, então também queria agradecer pelo convite. , esse podcast é super legal. Obrigada Jéssica, né pela discussão pela troca. Espero que a gente consiga avançar nessa pauta da habitação. Então, é isso que eu desejo para essa cidade ideal, muito trabalho a fazer, mas é um trabalho que, com certeza, é recompensador, muito obrigada, gente.

**Hector Sousa:** Eu que agradeço a vocês por esse papo. Muito obrigado, Raíssa, por contar suas experiências aqui dentro de do governo, né da prefeitura do Conde e Jéssica por trazer isso envolvimento em movimentos como Arquitetura na Periferia e o Movimento Olga Benário, que para você que tá ouvindo os arrobas para seguir no Instagram e conhecer mais o projeto vão estar aqui na descrição do episódio assim como a arroba do projeto traDUS também para você ficar ligado e ligada nos nossos conteúdos que vão muito além do podcast meio fio então, muito obrigada pelas convidadas. Muito obrigado a você que ouviu até aqui, cuide das nossas cidades, se cuidem e até o próximo.